

Isadora Lins França
Mestranda em Antropologia Social
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – FFLCH (Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - USP

“Cada macaco no seu galho?”: arranjos de poder, políticas identitárias e
segmentação de mercado no movimento homossexual

Paper a ser apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, no GT22 -
Sexualidade, corpo e gênero
Coordenadores: Maria Filomena Gregori (Unicamp), Sérgio Carrara (UERJ),
Júlio Assis Simões (USP)

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo explorar as relações entre o movimento homossexual e o mercado de consumo dirigido a esse público em São Paulo. A partir do drama social analisado, envolvendo militantes homossexuais e travestis, atores do mercado segmentado e do público que o frequenta, pretende-se traçar caminhos para a compreensão dessas relações, bem como de alguns processos relativos à constituição do sujeito político do movimento homossexual num contexto de multiplicação de categorias identitárias e desestabilização desse sujeito.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo explorar, por intermédio de um estudo de caso, possíveis caminhos para a compreensão das relações entre o movimento homossexual e o mercado de consumo segmentado direcionado a homossexuais em São Paulo. Trata-se de analisar as discussões em torno da atuação de travestis no movimento, por meio de uma ação dirigida a uma parcela do mercado de consumo segmentado, numa situação que parece desestabilizar os fundamentos sobre os quais se assentou o movimento homossexual no Brasil. Com isso, busco levantar questões pertinentes à compreensão do movimento homossexual contemporâneo, num cenário de fortalecimento de um mercado específico dirigido a homossexuais.

Vale salientar que o que chamamos de movimento homossexual é, hoje, um sujeito político bastante complexo, formado por múltiplas categorias identitárias, nem sempre movidas pelos mesmos discursos. Sem a consideração dessa problemática, torna-se difícil compreender muitas das posições internas ao movimento no que diz respeito ao mercado segmentado ou mesmo a relação com outros atores sociais que integram o seu campo de ação.

O nascimento do movimento homossexual no Brasil é situado em 1978, com a criação do Grupo Somos, em São Paulo (MacRae, 1985). O grupo seguia uma estratégia política de fortalecimento da identidade homossexual e valorização positiva das categorias “bicha” e lésbica, associadas a uma política fortemente antiautoritária, crítica do Estado e da hierarquização de papéis entre casais do mesmo sexo (MacRae, 1985; Fry, 1982). Já a década de 1980 foi marcada por uma rearticulação desse movimento, que buscou caminhos de cooperação com o Estado na luta contra a Aids e abrandou a crítica ao

autoritarismo, sem deixar de atribuir valor positivo à categoria de homossexual (Facchini, 2004).

Os anos 1990 emergem num contexto diferente, em que o pânico em relação à Aids ameniza-se, possibilitando o revigoramento de uma militância homossexual calcada em outros discursos e estratégias. Multiplicam-se as categorias nomeadas como sujeitos políticos do movimento: em 1993, surge a expressão “Movimento de Gays e Lésbicas”; em 1995, temos o movimento “GLT” (Gays, Lésbicas e Travestis) e finalmente, em 1999, adota-se em parte do movimento, a partir de São Paulo, a expressão GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) (França; Facchini. No prelo). Também há a iniciativa, mais recente, de utilização da fórmula “diversidade sexual”, no intuito de criar um termo que passe ao largo das disputas de identidade, encampada fortemente nos últimos anos por um incipiente movimento que se situa nas intersecções entre movimento estudantil e movimento homossexual.

A incorporação e deslocamento de segmentos nos nomes que indicam o sujeito político do movimento carregam em si uma intenção de inclusão, mas não dirimem os conflitos entre as categorias agrupadas na sigla, que se relacionam num complexo jogo de posições e estratégias políticas¹. Até meados da década de 1990, o movimento homossexual dizia respeito apenas a gays e lésbicas e, se as últimas não faziam parte da sua denominação mais corrente até 1993, como vimos, eram reconhecidas como integrantes do movimento desde o seu início². Já as travestis promoveram o seu primeiro encontro em 1993, ganhando visibilidade no movimento e sendo incorporadas ao seu nome em 1995. As transexuais tiveram sua primeira aparição organizada num encontro nacional realizado em 1997 (Facchini, 2002).

A inclusão das categorias “bissexuais” e “transgêneros” (termo que pretendia agrupar travestis e transexuais), entretanto, não se deu pela demanda desses grupos, mas seguiu uma tendência internacional (Facchini, 2002, 205). As travestis e transexuais, de início, não ficaram muito satisfeitas em serem chamadas de transgêneros³, e ainda hoje, a

¹ Regina Facchini (2002) descreve com muito detalhamento as disputas e deslocamentos de categorias ocorridos, nos anos 1990, no movimento homossexual. Seu trabalho investiga os processos de construção do sujeito político do movimento na última década, fornecendo um panorama bastante completo destes desenvolvimentos.

² As lésbicas já estavam presentes no primeiro grupo do movimento, o Somos. Após cisão no seu interior, fundaram o primeiro grupo brasileiro voltado exclusivamente para lésbicas, o GALF (Grupo de Ação Lésbica-Feminista), em 1981.

³ Transgêneros é uma categoria traduzida do inglês “transgender”. Foi difundida no Brasil com a intenção de acolher tanto travestis, quanto transexuais. O que diferenciaria travestis de transexuais é uma polêmica no movimento: alguns afirmam que a diferença estaria no desejo da cirurgia de transgenitalização; outros, que estaria no desempenho de papel sexual “ativo” ou “passivo”; outros, ainda, ressaltam o sofrimento

Articulação Nacional de Transgêneros conta com 20 entidades/núcleos especificamente de travestis e 11 que se intitulam como de “transgêneros” ou de “travestis e transexuais”. A presença de bissexuais sempre foi, por outro lado, assunto controverso no movimento, sendo que muitos militantes preferem utilizar a sigla GLT (Gays, Lésbicas e Transgêneros), pois associam bissexuais a “enrustidos”, consideram que não há movimento organizado e menos ainda demandas específicas de bissexuais. Em 2004, surgiram as primeiras iniciativas de formar grupos com reuniões periódicas para a discussão da bissexualidade, forçando a inclusão da temática em fóruns regionais e nacionais do movimento.

Além das grandes categorias presentes na sigla “GLBT”, emergiram também subgrupos, incentivados pela proliferação de fóruns e listas de discussão na internet e pertencentes principalmente ao segmento dos gays, como o grupo dos ursos⁴, judeus gays, universitários, advogados gays, *barbies*⁵, jovens homossexuais, etc. É também nesse clima de um apanhado de identidades convivendo no movimento e na cena homossexual – virtual ou não - que ganha corpo um vigoroso mercado destinado a homossexuais em São Paulo⁶, cuja expressão mais visível é um circuito de estabelecimentos comerciais de lazer que se expande a partir do Centro Velho, já tradicional reduto desse circuito, para as áreas mais ricas da cidade, como Jardins-Paulista, com braços a espriar-se para bairros como Moema e Vila Madalena.

A década de 1990, além da expansão deste circuito - agora também conhecido como GLS⁷ - trouxe consigo uma configuração diferente do “gueto” homossexual de outrora: os espaços de consumo e sociabilidade passaram a incorporar em certa medida o discurso político do orgulho e da visibilidade, explicitando o seu direcionamento a um público de orientação sexual determinada e incorporando símbolos popularizados pelos militantes, como a bandeira do arco-íris. Assim, perdem força a grande diferenciação

psíquico que um órgão genital identificado como pertencente ao sexo oposto ao qual se julga pertencer causaria a transexuais, enquanto travestis lidariam “bem” com esse aspecto.

⁴ Homossexuais do sexo masculino que se identificam com códigos de masculinidade e se contrapõem às *barbies* por valorizarem gordura e pêlos.

⁵ Homossexuais do sexo masculino que exibem corpos musculosos e muitas vezes depilados.

⁶ Daniel Miller (1995) ressalta a importância que as correntes de demanda dos consumidores têm assumido no processo de produção de mercadorias. Segundo Miller, os produtores têm sido instados a criar novas versões de produtos já existentes, atendendo a necessidades específicas e cristalizando nichos de mercado. Esta operação, por sua vez, responderia a uma mudança global rumo ao pluralismo de “políticas de identidade”, “regionalismos”, “estilos de vida”, entre outros, surgidos a partir de maio de 1968.

⁷ GLS significa Gays, Lésbicas e Simpatizantes. A sigla foi criada na primeira metade dos anos 1990, e é utilizada principalmente para qualificar o circuito de lazer da cidade, embora hoje também se aplique a outros serviços e até a um determinado “espírito GLS”. Para mais informações, ver Facchini (2002: 125).

estabelecida pelo movimento a partir da “invisibilização” dos homossexuais pelo “gueto”⁸ e as fronteiras do que pode ou não ser considerado atuação política. Atores que a rigor constituiriam o mercado segmentado também começaram a ser vistos – e a se considerarem - como articuladores de uma ação política, estimulando a “auto-estima dos homossexuais” e a formação de uma “identidade positiva” - mediante iniciativas como festivais de cinema, editoras e mesmo espaços de lazer e sociabilidade - e circulando informações dentro da “comunidade”, por meio de *sites* e revistas especializadas. As tensões com o movimento ainda permaneceriam, mas de uma forma muito mais ambígua do que no período anterior.

Outra novidade trazida pela última década foi a segmentação de espaços de consumo destinados a cada subgrupo desse público: existem não só os bares especializados para lésbicas e gays, mas para lésbicas “modernas”, para as que ouvem MPB, para ursos, para homossexuais mais velhos, *cruising bars*⁹, estabelecimentos que recebem fetichistas e sadomasoquistas, entre outros (Simões; França. No prelo). Dentro desse espectro do circuito GLS figuram algumas dezenas de saunas destinadas à troca sexual entre homens, cenário a partir do qual se desenrola o caso aqui discutido. A reivindicação de travestis da Secretaria de Transgêneros da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, exigindo a entrada numa dessas saunas, originou o drama social analisado na terceira parte deste trabalho. Trata-se de uma ocasião em que as tensões entre as categorias que compõem o “movimento GLBT” e o mercado de consumo segmentado tornam-se explícitas.

2. Identidades coletivas associadas à ação política: estruturas em movimento

A construção de identidades coletivas associadas à ação política traz à tona o problema central dos processos pelos quais determinados atores sociais emergem na

⁸ De acordo com MacRae (1985), os primeiros militantes homossexuais de São Paulo estabeleciam uma tensa relação com o que denominavam de “gueto”. Este era, por muitos, considerado o lugar da invisibilidade, tornando possível a criação de um universo onde se poderia “vivenciar a sexualidade” sem que fosse necessário “assumi-la” cotidianamente. Por outro lado, o “gueto” era um dos espaços onde poderiam ser recrutados novos militantes e mesmo este espaço de “vivência da sexualidade” era considerado importante para a auto-estima dos homossexuais.

⁹ *Cruising bars* são bares destinados à troca sexual entre homens, com uma estrutura especialmente adaptada para isso e de frequência noturna. Alguns deles condicionam o ingresso dos clientes ao uso de um determinado *dress code*, ou seja, a obrigação de estarem trajados de acordo com as normas da casa. Podem ser exigidos como *dress code* o uso de roupas de couro, calça *jeans* e camiseta branca, entre outros.

condição de sujeitos políticos. A emergência de novos atores reivindicando-se como constituintes do sujeito político do movimento homossexual brasileiro - como atesta a recente organização de travestis, transexuais e bissexuais – evidencia a fragilidade de perspectivas teóricas que lidam com as identidades coletivas como elementos estáveis e internamente homogêneos. Vimos como processos de multiplicação, disputas e de reacomodações de segmentos têm se tornado comuns nesse movimento. Tais processos devem ser compreendidos como parte do contexto mais amplo fornecidos pelo movimento em geral e pelo mercado segmentado exigindo uma abordagem dos arranjos de poder que dê conta do dinamismo com que se alternam posições de “superioridade” e “inferioridade” e da possibilidade de que um mesmo ator social protagonize relações em que aparece simultaneamente como “dominante” ou “subordinado”, a depender do referencial adotado¹⁰.

Para Judith Butler (1998), as posições de sujeito existem sempre em referência a estruturas discursivas mais amplas e isso confere a dimensão política da ação destes sujeitos: a possibilidade de transformar, por meio de deslocamentos e sobreposições, estruturas anteriores a si mesmos e das quais também é um efeito. Essas transformações não podem ser compreendidas como unilineares ou previsíveis: expandem-se para além do controle do sujeito e da sua intencionalidade. Ocorre, portanto, que determinado sujeito político “não é base, nem produto, mas a possibilidade permanente de um certo processo de re-significação, que é desviado e bloqueado mediante outro mecanismo de poder, mas que é a possibilidade de retrabalhar o poder” (Butler, 1998, p. 31). A mesma autora afirma que: “(...) se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga (Butler, 2003, 213)”.

A partir dos dilemas e críticas esboçados acima, Joshua Gamson (1998) delinea alguns dos debates presentes atualmente no movimento homossexual nos Estados Unidos - e não seria difícil traçar alguns pontos de coincidência entre o processo norte-americano e o brasileiro. No rastro da discussão sobre a construção de identidades coletivas, o autor aborda a recente constituição da idéia de “queerness”¹¹: um termo “guarda-chuva” que procura desestabilizar as identidades de “gay” e “lésbica” e até mesmo de “homem” e

¹⁰ A esse respeito, ver Mouffe (1992).

¹¹ O termo “queer”, em inglês, pode ser entendido tanto quanto “esquisito”, quanto como algo próximo aos termos brasileiros “viado” ou “bicha” e tem sido usado por uma parcela do movimento norte-americano e europeu com a intenção de abrigar todos e todas que se consideram “fora” da norma heterossexual.

“mulher”, diluindo fronteiras de grupo, em franca oposição ao que Gamson denomina como uma política “étnica/essencialista” (Gamson, 1998, 589).

Uma das armas do ativismo “queer” tem sido trabalhar a partir das demandas de “bissexuais” e “transgêneros”, segmentos potencialmente desestabilizadores tanto de uma divisão estanque entre “heterossexuais” e “homossexuais” e entre “homens” e “mulheres”, por não se encaixarem exatamente em nenhuma das duas pontas dos pares culturalmente estabelecidos e incorporados pelo movimento. Gamson dedica-se justamente às polêmicas causadas pela presença ativa de “bissexuais” e “transgêneros” no movimento norte-americano, chegando à conclusão de que tanto a política de afirmação de identidades essencialistas quanto a política de constante crítica e desestabilização destas identidades são importantes para o movimento, e que têm uma rentabilidade diferente a depender das situações em que ambas as estratégias podem ser empregadas. Segundo o autor, o movimento lida simultaneamente com duas fontes de opressão: culturais e institucionais. Para combater a primeira, a estratégia desestabilizadora de fronteiras e identidades seria mais adequada; já a opressão advinda de elementos institucionais e que gerariam discriminações contra todas as “minorias sexuais” exigiria o estabelecimento de categorias fixas e fronteiras seguras.

A partir dos aspectos indicados nos parágrafos anteriores, como pensar as possibilidades de ação política colocadas para um movimento social que tem a afirmação de identidades coletivas como fundamento para a determinação de seu sujeito político? Se o processo de constituição de identidades coletivas funciona mediante a demarcação de diferenças e de exclusões, como lidar com a possibilidade de que, em vez de ser um meio pelo qual se procura desestabilizar os regimes de poder, esse processo possa se tornar mais um instrumento de normatização? Essas questões resultam ainda mais complexas se considerarmos que o movimento homossexual não é um ator isolado no contexto em que se insere e diante do público ao qual se dirige. Se a construção de identidades coletivas sempre foi um aspecto central do movimento homossexual, que procurava reverter o estigma e depreciação social que se abatia sobre as pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo, deve-se levar em conta que essas construções nunca se desenvolveram isoladamente, mas sempre em comunicação com outros atores sociais. Descrevi, na introdução deste trabalho, a presença de um mercado segmentado direcionado a homossexuais, e assinali como os direcionamentos produzidos por esse

mercado vêm participando ativamente de um processo de construção de identidades por meio da constituição de espaços de consumo específicos.¹²

As questões colocadas pela análise do caso que passo a expor assemelham-se, de certa forma, à reflexão de Gamson, mas introduzem novos elementos, já que se trata de uma situação em que a discriminação institucional é produto de dinâmicas do próprio movimento e do mercado segmentado com o qual este se relaciona.

3. Disputando espaços de consumo: o lugar das travestis no jogo de posições das categorias que compõem o “movimento GLBT”

De acordo com observação realizada em campo, o impedimento do ingresso em diversos estabelecimentos comerciais tem se mostrado acontecimento corriqueiro no cotidiano de travestis¹³. Diante desse fato, a Secretaria de Transgêneros da Associação da Parada do Orgulho GLBT deu início a uma série de visitas a estabelecimentos da cidade de São Paulo, em novembro de 2003 - o que foi denominado de *Blitz Trans*. As visitas eram sempre compostas pelas travestis, maioria na Secretaria de Transgêneros, e por um militante da Associação da Parada que atua como advogado.

A idéia do nome adotado para as visitas faz parte de um jogo de palavras que, de algum modo, inverte a idéia de vítimas das “blitzes” policiais que as travestis costumam sofrer na rua. Esse raciocínio fica claro na entrevista¹⁴ realizada com uma das militantes, quando ela conta como surgiu a idéia da *Blitz Trans*: “*um dia a Vanessa¹⁵ falou: “eu queria fazer uma blitz, sair prendendo todo mundo que discrimina a gente”.* (...) *Ela só não sabe passar isso pra gente de uma forma séria, ela passa brincando, mas é super válido o que ela fala.* (...) *E a Carla: “opa! Mas dá pra gente sair, a gente pode sair*

¹² O crescimento desse mercado é particularmente forte em São Paulo e tem impacto nas formas de expressão do ativismo homossexual local. A Parada do Orgulho GLBT de São Paulo se destaca pela presença grande e variada de carros de som das casas noturnas, saunas, sites e outras iniciativas do mercado segmentado, e muitos participantes se aglomeram em torno dos carros que tocam suas músicas favoritas.

¹³ A aplicação de sobretaxas para a entrada de travestis nos estabelecimentos também é prática comum: o preço pela sua entrada pode ser multiplicado em até 10 vezes em relação aos preços habituais cobrados para outros clientes.

¹⁴ Entrevista realizada em dezembro de 2004. Uma das maiores dificuldades em relação à pesquisa etnográfica para este artigo foi a dificuldade de realização de entrevistas com as travestis. A maioria das travestis ativas no caso aqui relatado viajaram para a Europa logo em seguida – e uma delas, durante os acontecimentos. Um golpe de sorte tornou possível que esta entrevista com Diana Sanders fosse realizada em visita que fez ao Brasil no período das festas de final de ano.

¹⁵ Todos os nomes dos personagens citados neste artigo foram trocados por nomes fictícios.

visitando estabelecimentos, e tal”. E aí, nós pegamos a lei 10.948¹⁶, que protegia a gente, e fomos visitando estabelecimentos por aí”. O que conferia um caráter irônico à “brincadeira” de Vanessa era justamente a disparidade entre o sujeito que é vítima de uma ação e a suposta impossibilidade de que se coloque como autor da ação, gerando um contraste de significados que provoca o riso. Levar essa idéia a sério provocou um efeito de inversão que tirava as travestis da qualidade de vítimas, para colocá-las na qualidade de agentes contra o próprio preconceito que sofriam.

Um dos poucos estabelecimentos que se negou a receber as travestis após a apresentação da lei e uma breve negociação foi uma sauna destinada ao público homossexual masculino, o que gerou uma grande mobilização em torno do assunto, suscitando, no movimento homossexual em geral e entre usuários do site de mídia segmentada *MixBrasil*, debates acalorados que são o foco da presente análise¹⁷. A sauna em questão, com grande presença de michês entre seus freqüentadores, é uma das mais antigas desse tipo¹⁸ em São Paulo, fundada em 1982 (Trindade, 2004, 179). O dono do local havia se recusado a receber as travestis, alegando que *“a sua presença agredia os demais freqüentadores da casa, criando incômodo e embaraço”*¹⁹.

É importante que se recorra aos argumentos nos quais se apóiam as demandas das travestis, a fim de que seja possível compreender como se inserem nas reivindicações do movimento homossexual. A respeito destas reivindicações podemos ler, no site da Secretaria de Transgêneros: *“estamos lutando pelo direito de ir e vir que nos está sendo tirado. (...) Reflita sobre a Lei 10.948 mais especificamente no Artigo 2º que diz: Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos homossexuais, bissexuais ou transgêneros, para os efeitos desta lei: proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público”*. Pode-se depreender daí que as ações das militantes pleiteiam direitos de cidadãs plenas, como o direito de ir e vir, que a elas é vetado, já que não podem entrar em todos os lugares abertos ao público. O que confere concretude a essa reivindicação

¹⁶ A Lei 10.948, aprovada em 2001, com validade no estado de São Paulo, dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas a práticas de discriminação contra gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais.

¹⁷ As fontes utilizadas para a análise serão as mensagens enviadas a uma lista de discussão virtual do movimento, coberturas da mídia especializada no segmento GLBT, mensagens registradas em fórum de debates do site mix brasil, notas de campo e o próprio site da Secretaria de Transgêneros.

¹⁸ José Ronaldo Trindade assim divide as saunas destinadas à troca sexual entre homens: há as “saunas privativas de bichas e as saunas de “michês”, onde vão os homossexuais que preferem transar com *bofes*” (Trindade, 2004: 179. grifos do autor). Os michês são garotos de programa que não necessariamente se identificam como homossexuais e que, na maioria das vezes, adotam uma aparência bastante viril. De acordo com sua divisão, a sauna em questão se enquadraria na segunda categoria.

¹⁹ Ver http://mixbrasil.uol.com.br/extra!/travs_sauna/travs_sauna.asp.

política é a demanda de poder entrar em estabelecimentos comerciais livremente, na qualidade de consumidoras comuns.

Pude observar que o impedimento de acesso a estabelecimentos comerciais de lazer e serviços é causa de imensas frustrações para as travestis, tornando o seu cotidiano muito difícil, mesmo nas tarefas que aparecem como as mais prosaicas para outras pessoas. Uma travesti participante da lista gls, espaço de discussão virtual de militantes, faz as seguintes observações: “Vc já levou uma escopeta no meio das pernas porque a polícia acha que seu carro é bom demais para um viado e deve ser roubado? Vc já foi constrangido em local público que está pagando para entrar?? (...) Estes que cito são os nossos problemas corriqueiros”. Dessa forma, as travestis da Secretaria de Transgêneros viam nos protestos e negociação com esses estabelecimentos uma estratégia política que não só adquire visibilidade na mídia pelo seu caráter de novidade²⁰, mas também tem o potencial de aglutinar outras travestis em torno de uma proposta política.

Uma das principais articuladoras do protesto das travestis, em mensagem no fórum do site *MixBrasil*, expressa a idéia de que o poder de consumo pode ser um marcador de igualdade de direitos e deveres: “A casa vive das entradas (os boys também a pagam) e da consumação dos bares. E por acaso travesti vai entrar de graça? NÃO! Travestis não são boas consumidoras? (...) Aqui a grande maioria de nós tem apartamentos e carro importado. Agora pergunto: eu, como travesti, não tenho direito a freqüentar uma sauna de prostituição e pegar meu bom michê para gozar?”.

Em reunião da Secretaria de Transgêneros, ouvi afirmações de que, “quando são feitas as *Blitz Trans*, a Secretaria enche de travestis, porque elas são muito imediatistas e vêm ao movimento buscando vantagens imediatas”, “viram a possibilidade de entrar em lugares em que antes eram barradas” e “a travesti tem como objetivos de vida, marido, peito e dinheiro”. Apesar do interesse das travestis nas *Blitz Trans* ser qualificado como “imediatista”, é possível que essa estratégia também atraia as travestis porque elas aparecem como cidadãs que fazem um protesto justamente porque estão numa posição bem vista socialmente, a de consumidoras, e não somente como vítimas da discriminação.

²⁰ Vale sublinhar que as travestis souberam se utilizar do potencial midiático do assunto, manejando bem as diversas formas de publicização oferecidas por vários meios. Segundo Diana, em entrevista: “eu espalhei pela Internet inteira esse protesto, eu fui no *Superpop* [show televisivo de variedades, apresentado em horário nobre] da Luciana Gimenez e anunciei o protesto, e o dono da sauna ficou em pânico: ‘que bicha é essa que eu fui mexer, que ela está na televisão falando do meu estabelecimento?’. E eu falei o nome, falei o dia e a hora do protesto. No dia seguinte, ele ligou, queria encontrar com a gente, não sei o quê...”.

Devem-se destacar também, nas notas acima, as cores com que são descritos os anseios de inclusão social das travestis: marido, peito e dinheiro. Don Kulick (1998), em seu estudo etnográfico sobre o universo das travestis em Salvador, descreve em minúcias como estes são aspectos cruciais para as travestis, envolvendo: o uso indiscriminado e perigoso, do ponto de vista da saúde, do silicone industrial e hormônios, com o qual as travestis adquirem formas femininas, que também aumentam suas chances de ganhar dinheiro mediante a prostituição²¹; a complexa relação de poder que elas desenvolvem com os “maridos”, desempenhando ao mesmo tempo o papel de “esposas submissas” e de “provedoras do lar”²²; e o dinheiro, outra preocupação fundamental para as travestis, não só porque, como todo mundo, precisam atender às suas necessidades básicas de “comer, morar e vestir”, mas também porque o dinheiro possibilita o sustento dos maridos, traz a admiração da família e lhes confere um *status* mais elevado, incluindo-as socialmente como consumidoras²³. Esses três aspectos acabam por incentivar-se reciprocamente, constituindo referências essenciais para as travestis.

Butler (1993) afirma, analisando um caso específico, que a citação da norma dominante, realizada aqui por meio da figura da travesti, não necessariamente desloca essa norma, podendo até mesmo ser veículo da sua “reiteração mais dolorosa”:

“a desnaturalização do sexo, nos seus múltiplos sentidos, não implica uma liberação do constrangimento hegemônico: quando Venus fala do seu desejo de se tornar uma mulher “por inteiro”, de encontrar um homem e ter uma casa nos subúrbios com uma lavadora de roupas, nós poderíamos nos questionar se a desnaturalização do gênero e sexualidade à qual ela procede [performs], e procede [performs] bem, culmina numa reelaboração da estrutura normativa da heterossexualidade.” (Butler, 1993, 133). [tradução livre]

No caso aqui analisado (numa dinâmica semelhante ao caso interpretado por Butler), a reivindicação das travestis no sentido de se integrarem à norma dominante de

²¹ “A sorte da gente é que a gente tem silicone. Eu ouvi travestis afirmando isso vezes e mais vezes. Para as travestis através do Brasil, silicone é um produto miraculoso – algumas delas referem-se a ele como “revolucionário” – que torna possível para elas a aquisição de atributos corporais femininos que em muitos casos são, elas dizem, mais bonitos que os das mulheres” (Kulick, 1998, 66). [tradução livre]

²² “Vivendo com travestis em Salvador, descobri muito cedo que namorados (geralmente chamados de maridos, (...) mas também chamados de bofes, ocós, homens e machos) são uma preocupação contínua e central nas suas vidas. Namorados tomam uma fatia enorme do pensamento, do tempo e das conversas entre travestis – para não mencionar do seu dinheiro” (Kulick, 1998, 97). [tradução livre]

²³ Kulick observa que “a falta de habilidade para ganhar dinheiro é um infortúnio devastador para uma travesti, tanto em termos materiais como emocionais. Eu vi travestis individualmente tristes em muitas ocasiões (...), mas a única vez em que eu observei alguma delas sucumbir a um estado de depressão letárgica e auto-piedosa foi quando elas não estavam ganhando dinheiro nas ruas” (Kulick, 1998, 183). [tradução livre]

uma forma que reproduz e reitera a própria norma por intermédio dos sujeitos por ela marginalizados não pode ser chamada exatamente de “subversiva”, ou desafiadora da “cultura de consumo” e da “hegemonia heterossexual”; porém, em outro nível de análise, a reivindicação das travestis coloca em questão o *continuum* que liga determinados corpos a identidades, práticas e espaços específicos, e instaura o questionamento à hegemonia dos *gays* dentro do próprio movimento, como pretendo demonstrar adiante.

Os donos e frequentadores das saunas *gays* (entre os quais não se excluem militantes do movimento), interlocutores diretos a quem se dirige a reivindicação das travestis, pertencem a um círculo muito próximo a elas. A interdição por parte de um estabelecimento destinado ao público homossexual, entendido naturalmente como um aliado pelas travestis, intensificava a perplexidade das travestis diante do caso, como podemos verificar no site da Secretaria de Transgêneros: “às vezes, *nem parecíamos estar falando com o proprietário de um estabelecimento GAY. Fica aqui o nosso repúdio à THERMAS X...*²⁴ e também nosso pedido de apoio para que absurdos como esse não voltem a ocorrer no meio GLBT” (grifo meu).

Assim, por vezes, as travestis também aplicam à sauna um termo do movimento – “meio GLBT” -, quando melhor se aplicaria à lógica do proprietário um termo que segmenta o público do estabelecimento e o reduz a uma “sauna gay” de frequência exclusiva. No caso das saunas, o que é compreendido pelas travestis como discriminação funciona como o que define o público alvo consumidor e oferece atrativos a uma clientela mais reduzida, fazendo da exclusividade e da promessa de encontrar de modo quase instantâneo o que se procura (a possibilidade de trocas sexuais entre homens) o seu trunfo comercial. Temos, então, uma típica situação em que o mercado segmentado destinado ao público homossexual entra em conflito com a lógica e discurso de parte do movimento.

O mercado destinado ao público homossexual tem respondido, e incentivado, uma lógica de multiplicação de identidades no interior da grande categoria “homossexual”, por meio da segmentação de espaços de sociabilidade, como descrito na introdução deste trabalho. Dentro dessa lógica, as saunas funcionam como um espaço específico de interação sexual entre homens que fazem sexo com homens, carregando as divisões entre masculino e feminino e excluindo as travestis, compreendidas como pertencendo a outro grupo que não o dos homens “de verdade”. Como não existem espaços de lazer destinados especialmente às travestis, é comum que elas freqüentem

²⁴ O nome real do estabelecimento foi substituído, neste artigo, pelo nome fictício “*Thermas X...*”.

espaços “gays” ou “GLS”, reconhecendo esses espaços como os mais adequados para si, por compartilharem uma mesma “comunidade” ou “meio”. Quando procurei investigar os hábitos de lazer das travestis, isso apareceu com bastante força, como na entrevista com Diana: *“Adoro sair, vou pra boate gay. (...) Adoro o público gay, acho que é o nosso público, a gente tem que se identificar com o que é da gente, entendeu? Esse negócio de ficar fazendo linha em lugar de hetero, lugar onde as pessoas não vão respeitar a gente, lugar onde a gente vai ser mal vista, eu prefiro estar no meio dos gays, não que no meio dos gays não tenha desrespeito, ou às vezes a gente vai ser mal vista, mas ainda assim eu prefiro estar no meio dos gays, que eu estou no meio do meu povo”*. O “meu povo” é o que compõe a sigla “GLBT”, em que travestis e *gays* figuram como parte do mesmo público.

Entretanto, mesmo no movimento, o uso da sigla “GLBT” não dilui as diferenciações, conflitos e hierarquizações entre os grupos que a compõem. A articulação política entre as quatro letras da sigla “GLBT” foi construída pelo discurso de que todas as categorias estão sob o signo da discriminação e exclusão social. Esse foi o ponto de partida para que se reivindicasse solidariedade entre tais categorias para a construção de um sujeito político que pudesse reivindicar direitos para todos os segmentos, e para que a conquista de direitos para cada um fosse compreendida como uma conquista de *todos* os outros. É essa a relação idealizada pelos militantes do movimento, e que, longe da fórmula ideal, acaba expressando conflitos entre identidades compartimentalizadas.

Em meio a essas disputas, a Parada do Orgulho GLBT situa-se como um evento de visibilidade massiva das demandas do movimento e que promove, intencionalmente ou não, a diluição dessas categorias na multidão diversificada que toma as ruas (Facchini, 2002). A Associação da Parada também é das poucas organizações do movimento a manter grupos que representam as quatro letras do “GLBT” em constante funcionamento. É compreensível que esse seja o discurso reiterado pela sua Secretaria de Transgêneros.

A perspectiva de borrar as fronteiras entre *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros quando se trata de unir forças para a ação política também aparece em outras ocasiões, constituindo-se como o principal foco de argumentação daqueles que apoiaram as travestis nesse episódio. O conflito, então, se dá entre os que adotam esse discurso e entre os que raciocinam no eixo da segmentação e afirmação de cada uma das categorias. Vejamos trecho de mensagem postada no fórum do site *MixBrasil*: *“o que pode ser pior que o preconceito? Simples, o preconceito vindo de quem se diz vítima de preconceito. Não há razão aceitável para impedir as travestis de irem à sauna. (...) Nas passeatas do*

orgulho gay vemos frases pedindo aceitação e igualdade, mas como levar isso a sério se aqueles que a pedem muitas vezes agem de forma ainda mais reacionária? Como homossexuais podem exigir direitos se ainda hoje agem desta forma com pessoas que deveriam ser suas parceiras na luta pela igualdade?”. Atentemos também para a mensagem de umas das lideranças do movimento homossexual em São Paulo, na lista gls: *“Lamentavelmente, sinto que ainda temos uma enorme dificuldade em reconhecer as diferenças existentes dentre os segmentos que compõem o movimento pela diversidade sexual - lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais - como um fator de riqueza para nossa causa, e não como motivador para posturas segregacionistas. Bom, não sei quanto aos demais, mas não tenho dúvidas quanto ao meu lugar nessa briga: estarei junto com outras pessoas que acreditam realmente na diversidade sexual em frente às *Thermas X...*, protestando contra o impedimento de ingresso de travestis e transexuais naquele estabelecimento. SOMOS TODAS E TODOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS!”* (grifos meus).

O nosso problema torna-se mais complexo quando, dentro do mesmo movimento “GLBT”, vemos atuar a lógica de segmentação semelhante à do mercado, enfraquecendo a reivindicação das travestis e reduzindo-a ao particularismo de um grupo marcado, que invade o espaço dos gays. Essa postura pode ser vista como uma estratégia de reforço de uma hegemonia ameaçada pelas demandas das travestis, mesmo que não seja conscientemente articulada nesses termos. Passemos então aos argumentos que a sustentam.

Uma das questões que serve de subtexto aos que criticam as travestis é o que pode ou não ser reivindicado, o que é legítimo como ação política. Vale lembrar que as manifestações das travestis contra a violência policial, por exemplo, são acolhidas quase inquestionadamente pelo movimento homossexual. Em contraposição ao protesto contra as saunas, qualificado como “populista” por militantes, os protestos contra a violência são encarados como assunto grave, talvez por enfatizarem o aspecto de que as travestis são “vítimas da homofobia”, por dirigirem-se ao Estado (um campo mais tradicional de luta política do que o mercado) e, por fim, por estabelecerem uma oposição entre homofobia heterossexual x direitos humanos de homossexuais/travestis, diferente do protesto das saunas, que questiona o potencial de inclusão da cena gay.

Das hipóteses levantadas, o último ponto é o que aparece com mais clareza nos argumentos utilizados pelos militantes. Questionando a validade política da reivindicação das travestis, surge inicialmente, e como ponto pacífico, a idéia de que a sauna

frequêntada por homossexuais é um espaço de troca masculina, visto de forma positiva pelos militantes, e que deve ser preservado enquanto tal. Nas palavras de um militante histórico do movimento, na lista gls: *“lastimo não concordar com esta manifestação contra a existência de saunas destinadas exclusivamente a homens que têm fantasia sexual com outros varões (grifo meu). (...) Honestamente, minha experiência de militância leva-me a considerar que esse protesto se trata de uma manifestação/postura equivocada, populista, invasiva da diversidade erótico/sexual dos gays - ou "das gays" ou "bichas boys", ou "bichas machudas", ou "bichas frustradas", ou "mariconas", como somos muitas e muitas vezes chamados pelas irmãs transgêneros”*. Está claro que a sauna é entendida como um espaço capaz de fortalecer a afirmação identitária de homens que gostam de fazer sexo com outros homens mediante da exclusividade, o que tornaria a presença das travestis “invasiva” desse espaço destinado ao homoerotismo masculino. Também percebemos esse viés de marcar espaços e afirmar identidades pela diferenciação na fala que critica os termos pejorativos empregados pelas travestis para designar os gays.

Jeffrey Weeks (1985, 221) afirma que, como reação a um preconceito e discriminação profundamente enraizados contra práticas sexuais entre homens, houve uma concentração dos homens gays sobre o próprio ato sexual. O autor localiza, na década de 70, uma grande proliferação de saunas e outros estabelecimentos comerciais destinados especificamente a trocas sexuais, como expressão de uma necessidade pessoal, representando a busca pela afirmação de uma sexualidade negada. A abordagem de Weeks condiz com a posição de parcela dos militantes gays, que expressam visão semelhante em relação às saunas e lugares correlatos: são espaços de afirmação de desejos e práticas homossexuais. Em mensagem de um militante à lista gls, é visível que se discute um problema de preservação de identidades e do seu conteúdo descritivo: *“Enfim, trata-se de uma sauna gay, com identidade masculina. Precisamos discutir isto detalhadamente. Também defendo que em locais públicos todos e todas devem entrar. Agora em locais privados, voltados para clientes categorizados, a coisa complica.(...) Precisamos discutir bem os limites, as identidades e os espaços, precisamos ir no fundo do tacho nesta discussão”*.

Está claro que, enquanto as travestis demandam a entrada nos estabelecimentos comerciais destinados ao sexo entre homens com a justificativa de que não deve haver espaços exclusivos no interior da cena homossexual, os militantes gays que criticam esta demanda percorrem um caminho diametralmente oposto: é preciso estabelecer limites,

identidades e espaços. A partir da definição desses termos, outra sentença recorrente no fórum de mensagens do site *MixBrasil* seria possível: “cada macaco no seu galho!”.

É exatamente no intuito de dissecar categorias que é construída a outra leva de argumentos contra a presença das travestis nas saunas. As mais intrincadas taxinomias são aplicadas às travestis. Os espaços rígidos do feminino e do masculino socialmente estabelecidos, demarcados pela matriz heterossexual, são utilizados pelos militantes homossexuais na tentativa de situar as travestis em um ou outro terreno, determinando os espaços onde sua presença seria lícita. Alguns militantes da lista *gls* falam da “*presença de homens com peito de mulher*”, que “*todas querem ser tratadas como uma mulher, serem olhadas como uma mulher, seduzir os homens como mulheres*”. Ou ainda: “*qual a identidade de gênero das travestis? Elas querem ser tratadas por O travesti ou A travesti? Elas querem usar banheiro masculino ou feminino? No shopping, vão na seção de roupa feminina ou masculina?*”.

Quando se trata do fórum de discussão do site *MixBrasil* temos, entre outros comentários do mesmo tipo: “*Não sou contra a freqüência de travestis gays em saunas gays. Mas existem travestis heterossexuais... O que dizer desses?*”; “*Não me sentiria bem se encontrasse com homens maqueados, vestidos de saias, e coisas assim*”. Neste trecho, mais uma vez, vemos tensões geradas pela desestabilização promovida pelas travestis sobre a adequação entre identidade de gênero e identidades sexuais, e as configurações corporais que devem funcionar em consonância com ambas. Como estratégia política, as travestis fizeram uso consciente deste potencial de desestabilização, ameaçando irem de roupão de banho ao protesto organizado em frente à sauna, que não chegou a se concretizar, visto que o dono do estabelecimento liberou a sua entrada após tamanha polêmica. Segundo Diana: “*eu falei [ao dono]: “eu vou vir de roupão! Porque eu quero entrar na sauna, está todo mundo aqui de roupão, eu quero vir de roupão. Aí, ele ficou em pânico”*”. De início, as travestis jogaram com o choque que poderia ser causado ao utilizarem os mesmos trajes dos clientes. Posteriormente, Diana conta que ela e mais cinco travestis foram à sauna “*todas de biquíni. O povo ficou em pânico*”. Podemos perceber que a questão das configurações corporais e aparências relacionadas às convenções de gênero foram intencionalmente colocadas em foco pelas travestis, que as manipularam de um modo estrategicamente desestabilizador e provocativo. A figura do pânico que essa desestabilização poderia causar e o seu uso politicamente estratégico mostraram-se muito claramente nas suas falas.

4. Considerações finais

Constitui o problema aqui analisado um jogo de complexas relações das quais este texto foi uma tentativa de aproximação, inspirado na perspectiva teórica já exposta. Nesse caso, imbricam-se as lógicas de um grupo de travestis, que demanda o direito de freqüentar estabelecimentos destinados ao público homossexual; de atores do mercado segmentado, que recusam a sua presença, no intuito de preservar um nicho de consumidores; de uma parcela de gays, militantes e não-militantes, que é a favor da reivindicação das travestis e adota o discurso da diversidade sexual e não segmentação; e de outra parcela, que defende os estabelecimentos exclusivos para a interação entre homens, como uma maneira de afirmação da identidade homossexual. O instrumental teórico apresentado na segunda parte do texto possibilitou a compreensão de uma ação política considerando os diversos níveis em que esta desenvolve relações de poder e se articula socialmente. Se tivermos em mente que tais relações não são estáticas, e sim dinâmicas e intercomunicáveis, é possível entender que, em contextos diversos, a reivindicação das travestis seja interpretada de maneiras diferentes, adquirindo também diferentes significados políticos.

Essa orientação estende-se também à composição do sujeito político do que se convencionou chamar “movimento GLBT”, na medida em que o movimento se articula sob a lógica da negociação entre diferentes identidades. A situação de disputa política não se restringiu a mudanças de posição entre sujeitos dados e definidos, mas expressou o caráter contingente das alianças que se estabelecem no interior de um determinado sujeito político. Enquanto uma parte do movimento composta pelos gays abraçava a demanda das travestis e a alçava a um status de reivindicação de direitos civis, outra parte esforçava-se por jogá-la no terreno dos particularismos, e a considerava invasiva de outros direitos. Colocou-se muito claramente, então, a questão do que pode ou não ser considerada reivindicação legítima, e de como forças variadas e desiguais determinam o que será ou não reconhecido como tal a partir de um conjunto de normas contextuais.

Se, por um lado, os anseios das travestis podem ser compreendidos como uma reiteração da norma, exigindo direitos relativos ao consumo e mediante a reiteração de uma determinada posição “de mulher”, por outro lado, suas reivindicações carregam também um caráter subversivo quando instauram o questionamento e a atitude crítica dentro do “movimento GLBT” e desestabilizam as suas estruturas normativas. É particularmente importante para este trabalho o exame da hipótese do que acontece

quando um grupo socialmente marginalizado reivindica direitos por meio de uma prática específica, e de como isso se torna complicado quando essa demanda tem de ser negociada com seus “aliados naturais”.

As travestis foram capazes de instaurar o questionamento interno das normas que regem a atuação do movimento, utilizando-se do discurso de igualdade e diversidade sexual difundido por parte dos militantes e de uma estratégia desestabilizadora das estruturas que conectam identidades de gênero e identidades sexuais através de marcadores corporais. Originaram, assim, uma situação que forçou os próprios limites do movimento e promoveram uma discussão e rearticulação de forças tais que, por si só, podem ser consideradas subversivas de uma relação de dominação anteriormente estabelecida. É esse tipo de ação política que Butler localiza como performativa: o potencial de produzir, no interior de uma mesma forma discursiva, efeitos que deslocam e desestabilizam essa mesma norma, que não trabalhem com as estruturas de poder como se estivessem fora delas, mas que trabalhem tais estruturas de dentro e contra si mesmas (Butler, 1993, 241). Procurei demonstrar que o elemento comum às categorias que compõem um sujeito político não se coloca como um dado advindo da posição inerente a esse sujeito, no sentido ontológico do termo, mas como uma articulação e acomodação de diferentes demandas internas em relação ao foco de reivindicação estabelecido, produzindo arranjos únicos que podem ser tão eficazes do ponto de vista da ação política direcionada quanto instáveis do ponto de vista das políticas de identidade.

5. Bibliografia

BUTLER, J.; LACLAU, E. & ZIZEK, S. (2003), *Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos em la izquierda*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica. Traducción de Cristina Sardoy e Graciela Homs.

BUTLER, Judith. (2003), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1998), “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo””. *cadernos pagu*, 11: p. 11-42.

_____. (1993), *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York, Routledge.

FACCHINI, Regina. (2002), “Sopa de Letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Tese de mestrado, Campinas, Universidade de Campinas, IFCH (mimeo).

_____. (2004), “Movimento homossexual e construção de identidades coletivas em tempos de Aids”, in UZIEL, A. P.; RIOS, L. F. & PARKER, R. G. (org.), *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids*, Rio de Janeiro, Pallas.

FRANÇA, I. L. & FACCHINI, R. (no prelo), “Movimento homossexual no Brasil e políticas de identidade: possibilidades e limites” in ORTELLADO, Pablo (org.), *Pensamento em movimento*, São Paulo, Conrad..

FRY, Peter. (1982), *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.

GAMSON, Joshua. (1998), “Must identity movements self-destruct? A queer dilemma” in NARDI, P. M. & SCHNEIDER, B. E. (org.). *Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies*, London, Routledge.

KULICK, Don. (1998), *Travesti: sex, gender and culture among brazilian transgendered prostitutes*. Chicago, University of Chicago.

MACRAE, Edward. (1985), *O militante homossexual no Brasil da “abertura”*. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH (mimeo).

MILLER, Daniel. (1995), “The consumption as vanguard of history: a polemic by way of introduction” in MILLER, Daniel (org). *Acknowledging consumption: a review of new studies*, London, Routledge.

MOUFFE, Chantal. (1992), “Feminism, Citizenship, and Radical Democratic Politics” in BUTLER, J. & SCOTT, J. W. (org.). *Feminists theorize the political*, London, Routledge.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. “Do “gueto” ao mercado”, in GREEN, J.; TRINDADE, J. R. (orgs.). (2005), *Olhares sobre a homossexualidade masculina em São Paulo*, São Paulo, Unesp.

TRINDADE, José Ronaldo. (2004), “Construção de identidades homossexuais na era Aids”, in UZIEL, A. P.; RIOS, L. F. & PARKER, R. G. (org.), *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids*, Rio de Janeiro, Pallas.

WEEKS, Jeffrey. (1998), *Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities*. New York, Routledge, 1985.

Fontes

- Site mixbrasil: http://mixbrasil.uol.com.br/extra!/travs_sauna/travs_sauna.asp
acesso em 15 jul 2004.
- Lista gls: listagls@yahoogrupos.com.br
- Site da secretaria de Transgêneros da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo: <http://www.transgeneros.blogger.com.br/> acesso em 15 jul 2004.